

A woman with dark hair, smiling, wearing a red top and a red jacket with silver studs and buckles. She is standing in front of a tree trunk. The background is slightly blurred.

Professora 
Bebel
DEPUTADA ESTADUAL
Nossa voz mais forte

100 dias de Mandato

— FALA —

BEBEL

Ao final de 100 dias de mandato, é fundamental prestar contas a todos os cidadãos e cidadãs paulistas e, principalmente, a você que nos honrou com seu voto.

Iniciamos nosso mandato popular no dia 15 de março de 2019, tendo como eixos centrais de trabalho: atuação política em defesa da democracia e do Estado de bem-estar social; defesa dos direitos sociais e coletivos; defesa do funcionalismo público paulista e defesa dos grupos sociais oprimidos.

Nos 100 primeiros dias, nosso mandato protagonizou ações em todos esses campos, construindo uma oposição forte e unida contra os retrocessos em direitos fundamentais e sociais e de desmonte do Estado, levadas a cabo pelo governo paulista aliado ao presidente Jair Bolsonaro.

Afinal, nosso mandato tem como características não recuar no caminho em defesa de conquistas sociais que foram obtidas ao longo de décadas de lutas coletivas e populares.

Para honrá-las, inclusive, não temos nos furtado de manter intenso contato com as bases que legitimam nosso trabalho, realizando audiências públicas na capital e no interior e atendendo a todos que nos procuraram para defender seus direitos.

Esta publicação é, portanto, uma forma de manter vivo este canal de interlocução, bem como a lembrança de que, chegamos aqui através da confiança que vocês nos depositam. Periodicamente, publicaremos novos boletins como este, para dar transparência ao nosso trabalho.

Boa leitura!

Um forte Abraço,

Professora Bebel

Deputada Estadual
Presidenta da APEOESP

Foto da Capa: Jordana Mercado



Foto: Rogério Cavalheiro



Foto: Rogério Cavalheiro



Foto: Jordana Mercado

Quatro eixos temáticos orientam o mandato da Professora Bebel e a atuação de sua equipe parlamentar. São compromissos políticos, de fiscalização da atividade do Poder Executivo e do trabalho legislativo.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Temos mantido o firme compromisso assumido em campanha de organizar e realizar mobilizações em defesa da democracia e das conquistas sociais, tanto no exercício do meu mandato parlamentar quanto na condição de Presidenta da APEOESP.

Na tribuna da Assembleia Legislativa, nas ruas, nas mobilizações sindicais, em encontros, debates e audiências públicas, nossa voz se levanta contra o arbítrio e contra os ataques do Governo Bolsonaro e do Governo Doria aos direitos da classe trabalhadora e dos cidadãos brasileiros de forma geral.

Nesse contexto, a campanha Lula Livre é mais que uma palavra de ordem. É uma causa que, tem de ser assumida e encaminhada por todos os setores que valorizam a democracia como único caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E COLETIVOS

Plano Estadual de Educação é prioridade

A luta pela efetivação do Plano Estadual de Educação (PEE), é central e prioritária para o mandato popular da Professora Bebel e para sua gestão de dois anos à frente da Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Assembleia Legislativa.

Tomamos posse na Presidência da Comissão no dia 16 de abril e logo traçamos um plano de trabalho para o monitoramento da execução do PEE. Sua aprovação, ainda em 2016, é uma conquista da sociedade paulista, resultado de muita luta do Fórum Estadual de Educação, que reúne 75 entidades e tem na APEOESP um de seus principais protagonistas. O monitoramento da execução do plano, de acordo com a lei, é tarefa da Comissão de Educação e Cultura da ALESP, da Secretaria Estadual da Educação, do Conselho Estadual de Educação, do Fórum Estadual de Educação e da União dos Dirigentes Municipais de Ensino.

Consciente da disputa interna na Alesp, foi fundamental a articulação entre alguns deputados deste colegiado, como Roberto Engler (PSB) e Gilmaci Santos (PRB). Conseguimos avançar na definição de um método para acompanhamento da execução do Plano Estadual de Educação, que é uma política de Estado para 10 anos. Os integrantes da CEC concordaram em trabalhar no monitoramento e acompanhamento do PEE, que foi dividido em 10 blocos contendo suas 21 metas e 258 estratégias.

No PEE estão contidas políticas para o acesso e a permanência na educação básica e superior, qualidade do ensino, formação, valorização do magistério, gestão democrática, financiamento da educação e outros aspectos.



Fotos: Rogério Cavalheiro



Lançamento da Frente na cidade de Suzano
Foto: Rogério Cavalheiro

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Em nossa disputa pelo conceito correto de segurança para incentivar a formação de uma comunidade escolar capaz de garantir segurança no ambiente escolar, lançamos a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança nas Escolas no dia 13 de maio, em Suzano.

O debate contou com a presença da socióloga e pesquisadora Vanessa Orban, do presidente da AFUSE (Sindicato dos Servidores da Secretaria Estadual da Educação), João Marcos da Silva; da representante da Associação Educafro (Educação de afrodescendentes e pobres), Enilda Suzart; do presidente do Negro Sim de Suzano, Cosme Nascimento e da representante do Conseg de Suzano, Sonia Merlin. Também participaram do evento os vereadores Iduigues Ferreira Martins, de Mogi das Cruzes; Cláudio Ramos, de Ferraz de Vasconcelos; Toninho Morgado, de Suzano, além do

representante do Deputado Estadual Emídio de Souza, Carlinhos de Almeida.

Não é de hoje que a Professora Bebel luta contra a violência nas escolas. A APEOESP é pioneira em apresentar pesquisas sobre o tema. De acordo com os dados coletados na pesquisa realizada em 2017 pela APEOESP, em parceria com o Instituto Locomotiva, cerca de 1,6 milhão de estudantes e 173 mil professores souberam de casos de violência em suas escolas no ano anterior. A mesma pesquisa apontou que 802,5 mil estudantes e 104 mil professores haviam sofrido pessoalmente algum tipo de violência nas escolas estaduais naquele ano.

Como resultado da divulgação dessas pesquisas, a APEOESP conseguiu, por exemplo, a implementação do programa de Professores Mediadores na rede estadual de ensino. Entretanto, o Governo de São Paulo reduziu sistematicamente o número desses profissionais. Veja no quadro a seguir:

Ano	Professores Mediadores
2015	3.214
2016	3.106
2017	1.279
2018	1.795
2019	1.915

Fonte: SEE

O fato ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil, no Município de Suzano, levou a Professora Bebel a lançar a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança nas Escolas, que não se confunde com policiamento, mas com a constituição de uma Plano Estadual que garanta condições de trabalho aos profissionais que atuam nas escolas públicas estaduais, contratação de funcionários, presença de um monitor na porta da unidade escolar e, nas escolas com maior vulnerabilidade,

com a presença frequente da violência, equipes multidisciplinares. É preciso também assegurar em todas as escolas a presença do(a) professor(a) mediador(a).

Esse é o caminho para a efetiva redução dos casos de violência nas escolas, numa perspectiva educacional.



Lançamento da Frente na cidade de Suzano
Foto: Rogério Cavalheiro

ESCOLA É O LUGAR DE ENSINAR E APRENDER

No plenário e fora dele, fizemos a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade.

Essa pauta permeia a dimensão propositiva do mandato, na forma de proposições para aperfeiçoar a política pública educacional e também de projetos de lei.

Nossa atuação corresponde, ainda, a oposição a pautas como a farsa da “escola sem partido” e o ensino domiciliar, uma ideia que significa a desvalorização do papel dos professores e da escola como o local importante à socialização das crianças e adolescentes e adequado ao processo ensino-aprendizagem.

EDUCAÇÃO É ESPAÇO DE LIBERDADE

Um dos nossos compromissos de campanha foi o de apresentar, como primeiro projeto de lei, aquele destinado a assegurar no estado de São Paulo uma escola livre e democrática, em contraponto à farsa da escola sem partido.



Mesa de debate com a deputada Professora Bebel, Cesar Callegari, presidente do IBSA e Fátima Antonio, membro do Conselho Municipal de Educação • Foto: Rogério Cavalheiro

DITO E FEITO: tramita na ALESP o Projeto de Lei 331/2019, de autoria da Professora Bebel, que assegura o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública estadual.

O projeto foi debatido em audiência pública que promovemos no dia 16 de maio e seguirá sendo discutido com as comunidades escolares e com a sociedade. Pois a liberdade de ensinar e aprender é uma conquista constitucional e resistiremos a qualquer projeto autoritário que imponha a lei do silêncio nas nossas escolas.



Deputados e especialistas discutiram a importância da incorporação na merenda escolar de gêneros *in natura*.
Foto: Rogério Cavalheiro



Fotos: Rogério Gomes

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL É UM DIREITO HUMANO NÃO AO DESVIO DOS RECURSOS DA MERENDA

Alimentação escolar saudável e nutritiva e saborosa possui um inegável papel no processo ensino-aprendizagem. Crianças bem alimentadas aprendem melhor. O Estado não pode fugir à sua responsabilidade de assegurar alimentação adequada aos estudantes das escolas públicas. Entretanto, isso não vem ocorrendo como deveria.

Por isso, realizamos, no dia 22 de abril, a audiência pública sobre o programa de alimentação escolar do Estado de São Paulo. O evento discutiu a importância de ampliar a oferta de gêneros *in natura*, considerando especialmente aqueles com

origem na agricultura familiar ou orgânica, e também o desenvolvimento de ações pedagógicas que façam da alimentação uma oportunidade de aprendizado, no âmbito do projeto político-pedagógico das escolas. Foi apontado, ainda, a necessidade de dar sequência no projeto Cozinheiros da Educação, protagonizado pela chef Janaína Rueda. Na ocasião, foi apresentada a minuta do PL do nosso mandato para criar uma Política Estadual de Alimentação Escolar. O ato contou com a participação de entidades como o Conselho Regional de Nutrição e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

**QUEREMOS MENOS
COMIDA INDUSTRIALIZADA
E MAIS ALIMENTAÇÃO NATURAL
PARA NOSSAS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES.**

De acordo com dados divulgados pela CPI da educação, que funcionou na ALESP em 2016, pelo menos R\$ 10 milhões foram desviados da merenda escolar na rede estadual de ensino. Entretanto, a Polícia Federal estimou em mais de R\$ 1.6 bilhões os valores desviados em 20 anos do Estado e de 20 municípios paulistas.



Visita ao IAMSPE
Foto: Rogério Cavalheiro



Audiência: O Parto e a Saúde Integral da Mulher e da Criança
Foto: Rogério Cavalheiro

SAÚDE COM QUALIDADE O IAMSPE É NOSSO!

Defendemos o pleno acesso à saúde pública e gratuita de qualidade para todas e todos. Nessa linha, temos insistido na defesa de hospitais públicos, na garantia de verbas para os serviços de saúde. Atuamos, ainda, na luta para a derrubada da PEC 95, que limita por 20 anos os gastos públicos.

Temos participado e apoiado os movimentos de mulheres que discutem medidas de enfrentamento ao PL 435/2019, que prevê a possibilidade de realização de cesáreas, sem fatores de risco que justifiquem a cirurgia, a partir da 39ª semana de gestação em hospitais públicos paulistas, ignorando consensos obstétricos e médicos que preconizam o parto normal como mais seguro para a gestante e para o bebê.

Defendemos o enfrentamento da violência obstétrica pela via da melhoria da saúde pública e da plena aplicação da Lei Estadual nº 15.759/2015, que define os parâmetros do parto humanizado.

Atuamos também na criação da Frente Parlamentar em defesa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), instituída no dia 28 de março. Nela, exigimos que o governo cumpra sua cota-parte, exigida por lei, equivalente à contribuição total dos servidores. Atualmente, o IAMSPE é sustentado pelos servidores, através de um recolhimento mensal equivalente a 2% sobre a folha de pagamento.

Emenda de nossa autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) visa garantir que o Estado destine ao IAMSPE verbas equivalentes ao montante de contribuições do funcionalismo (veja na pág. 12).

PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Estamos na luta para garantir aos professores o pagamento do reajuste salarial de 10,15% conquistado na justiça, reajuste de 4,17% do piso nacional de 2019, condições de trabalho e demais reivindicações.

A ALESP aprovou nossa emenda à LDO para reajuste salarial e cumprimento da meta 17 do Plano Estadual de Educação (pág. 12).

Lutamos também pela valorização dos funcionários das escolas e do conjunto dos profissionais da educação.

REVISÃO ANUAL DE SALÁRIOS PARA TODO O FUNCIONALISMO

Lutamos por reposição e aumento real de salários para todo o funcionalismo, bem como concursos públicos para todos os cargos e áreas e aprovamos emenda à LDO (pág. 12).

Vamos promover um amplo debate sobre um plano estadual para todo o funcionalismo público, uma política de Estado, que não mude de acordo com as conveniências de cada novo governo.

MAIS DINHEIRO PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE

A Assembleia Legislativa aprova, todos os anos, as diretrizes do orçamento do Estado de São Paulo. O que isso significa? Que todos os gastos previstos no orçamento para o próximo ano precisam constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

E o nosso mandato popular conseguiu uma vitória importante, ao incluir na LDO, verbas para a valorização do magistério e dos servidores públicos, com previsão de reajuste anual de salários e que o Estado realize a destinação de recursos para o Instituto de Assistência Médica dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (IAMSPE).

Desta forma, a Professora Bebel está cumprindo seu compromisso com a educação pública, por meio da valorização de seus profissionais, que repercutirá na qualidade do ensino; com o funcionalismo público, cujo trabalho, valorizado, garante o atendimento à população com qualidade.

EMENDAS DA PROFESSORA BEBEL

À LDO APROVADAS PELA ALESP

EMENDA Nº 340

- Revisão anual de salários para todo o funcionalismo na data-base.
- Contratação de novos servidores para todas as secretarias.

EMENDA Nº 343

- Reajuste linear para toda a carreira do magistério na data-base de 2020.
- Garantir que nenhum integrante do quadro do magistério receba salário abaixo do piso salarial profissional nacional.
- Necessidade de dar cumprimento a meta 17 do Plano Estadual de Educação.

EMENDA Nº 353

- Destinação de valores do Tesouro ao IAMSPE, equivalentes aos valores já pagos pelo funcionalismo, no patamar de 2% de sua remuneração.

SENHOR GOVERNADOR,
PRIVATIZAR NÃO!

Mantemos firme oposição às iniciativas privatizantes do governador João Doria, que afirma ter um plano para repassar à iniciativa privada 220 propriedades do Estado.

Trabalhamos contra a privatização ou extinção de empresas como a DERSA, a EMPLASA, a Imprensa Oficial e outras. A extinção de empresas públicas também é uma forma de privatização, pois o Estado passará a comprar serviços de terceiros.

Na educação, Doria também privatiza, por meio de projetos que transferem dinheiro público para grupos privados.

POR TRANSPARÊNCIA
NA EDUCAÇÃO

Na educação, atuamos contra a entrada de grupos privados nas escolas estaduais. O tema foi objeto de webconferência realizada em 6 de junho, onde se destacou que tais grupos estão substituindo o Estado no protagonismo da política pública educacional.

É o caso, por exemplo, do Método de Melhoria de Resultados (MMR), proposto junto à Associação Parceiros da Educação, uma entidade privada. O Método foi inspirado no Contrato de Impacto Social suspenso por meio da intervenção direta da APEOESP.

No mesmo molde, o programa Inova Educação também desvia verbas para grupos privados e desrespeita a autonomia e o projeto político-pedagógico das escolas.

Enfrentamos, ainda, o projeto Líderes Públicos, pelo qual o Estado pretende selecionar novos Dirigentes de Ensino, por meio de contratação de entidade autodenominada Aliança, que reúne Fundação Brava, Fundação Lehman, Instituto Humanize e Instituto República.

Nosso mandato é contra a política de isenções fiscais que beneficia grandes empresas sem que haja qualquer benefício para a população, reduzindo as verbas públicas para as áreas sociais.

FÉRIAS REPARTIDAS

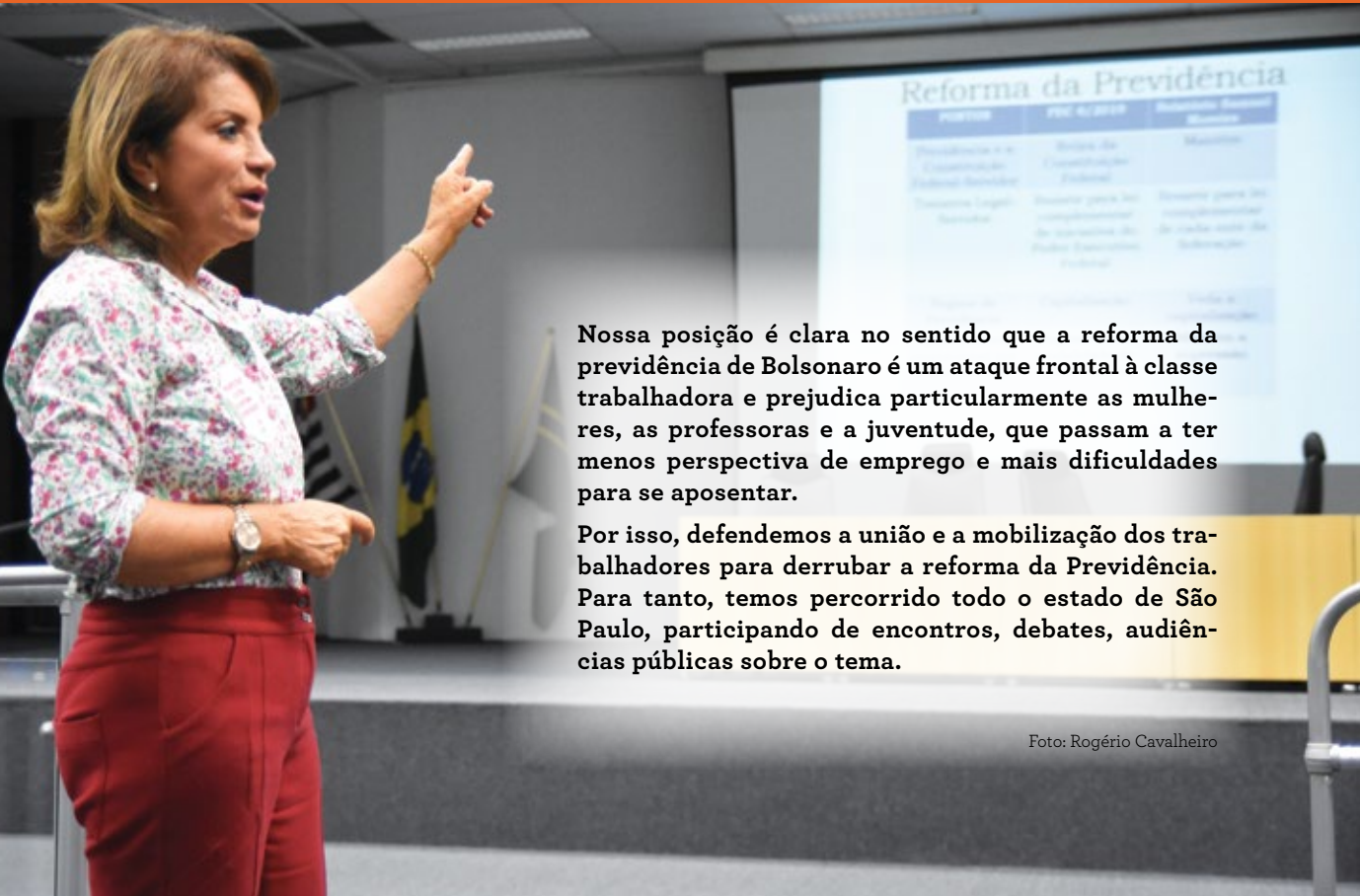
No dia 06 de maio, nosso mandato popular promoveu na ALESP a audiência pública sobre férias fracionadas e retrocessos na Educação paulista. O evento contou com a participação do prof. José Eustáquio Romão, do Instituto Paulo Freire e representantes de diversas instituições relacionadas à agenda educacional.

Na ocasião, ficou evidente que não existe nenhuma justificativa pedagógica para a pretensão do Governo Doria de repartir as férias es-

colares em quatro períodos durante o ano, pois não há nenhuma relação entre essa repartição das férias e a aprendizagem dos estudantes.

O Governo também tenta impor essa medida sem consulta ou diálogo. Ela causará transtornos aos estudantes, aos professores e suas famílias, pois nem sempre os períodos de férias coincidirão, muitos pais não terão com quem deixar seus filhos.

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Nossa posição é clara no sentido que a reforma da previdência de Bolsonaro é um ataque frontal à classe trabalhadora e prejudica particularmente as mulheres, as professoras e a juventude, que passam a ter menos perspectiva de emprego e mais dificuldades para se aposentar.

Por isso, defendemos a união e a mobilização dos trabalhadores para derrubar a reforma da Previdência. Para tanto, temos percorrido todo o estado de São Paulo, participando de encontros, debates, audiências públicas sobre o tema.



CIDADANIA E DIREITOS DAS MULHERES

Os compromissos assumidos pelo mandato popular na defesa dos direitos das mulheres se desdobraram em várias ações: na transversalidade de proposituras, na ação direta no parlamento, no partido e junto dos movimentos sociais.

Nessa caminhada, apresentamos o PL 331/2019 - que visa assegurar o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber na educação pública estadual - garantindo assim que o tema e as pesquisas sobre gênero e a vida real das mulheres tenham espaço na produção coletiva de conhecimento que deve nortear a ação pedagógica, numa opção democrática.

Nosso compromisso com as mulheres garantiu a minha nomeação como Procuradora Especial da Mulher na Alesp por um período de dois anos e que, em parceria com movimentos sociais e instituições fiscalizadoras das políticas públicas, terá o potencial de garantir e ampliar os direitos das mulheres.

Nossa atuação nesse campo abrange, ainda, as manifestações em plenário, nas Frentes Parlamentares e como suplente na Comissão dos Direitos da Mulher.

Dentro do PT, apoiamos o lançamento de candidaturas femininas às prefeituras e câmaras de vereadores e nos espaços de participação social, tais como os conselhos comunitários.



Foto: Rogério Cavalheiro



Parada do Orgulho LGBTQI+ atraiu milhares de pessoas à Avenida Paulista
Foto: Rogério Cavalheiro



Bebel participa da 21ª Caminhada pela Paz Heliópolis com vereador Suplicy (PT) e demais lideranças
Foto: Rogério Cavalheiro

EM DEFESA DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL, DE GÊNERO E SOCIAL

Atuamos com firmeza em favor da garantia dos direitos de todos os segmentos sociais, especialmente daqueles mais vulneráveis, discriminados e vítimas de intolerância e preconceito.

Por essa razão, o mandato trabalha em estreita colaboração com movimentos sociais de moradia, mulheres, antirracismo, de defesa das pessoas LGBTQI+, dos idosos, deficientes físicos e outros.

No caso do movimento LGBTQI+, participamos de encontros e seminários para contribuir com os debates, tendo em vista o pioneirismo da APEOESP como entidade sindical que primeiro organizou um coletivo com esta identidade.

Em relação à luta antirracismo, conjuntamente com as lideranças e militantes do movimento negro e antirracista, atuamos pela denúncia da discriminação étnico-racial e pela participação em todas as iniciativas de coibir os crimes nessa área.

A luta por moradia também conta com todo o apoio do mandato popular da Professora Bebel, recebendo e encaminhando as demandas do movimento e apoiando as comunidades contra reintegrações de posse truculentas e abusivas.



Representantes do Movimento LGBT comparecem no ato de protocolo de Projeto de Lei
Foto: Rogério Cavalheiro

Projetos de Lei LGBTQI+: o **PL 753/2019**, que modifica a **Lei nº 10.948/2001**, dispendo sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual; o **PL 742/2019**, que torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo); o **PL 475/2019**, que altera **Lei nº 10.948/2001**, para determinar que os valores obtidos com as multas relacionadas com casos de discriminação em razão de orientação sexual sejam destinadas ao combate a esse tipo de discriminação, sob deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; e o **PL 474/2019**, que altera a **Lei nº 11.199/2002**, para também direcionar as verbas resultantes de multas para o combate à discriminação em razão de orientação sexual, mediante deliberação do Conselho.

UM OLHAR PARA TODO O ESTADO

Fomos eleitos com 87.169 votos distribuídos em 630 municípios de São Paulo e, por isso, apoiamos todas as medidas que colaboram com o desenvolvimento regional paulista.



Em Piracicaba por exemplo, a deputada estadual Professora Bebel coordena o **Movimento Água e Esgoto a Preços Justos**. O projeto é de iniciativa popular e visa a implantação de uma nova tarifa social na cidade, com valor único de R\$ 25,00 para famílias com renda de até um salário mínimo, independente do número de residentes e da faixa etária deles, que consumam até 25 metros cúbicos de água no mês, assim como à empresa familiar, com até um funcionário, que consuma até 30 metros cúbicos mensal.



Em defesa de toda população paulista, em especial os motoristas, criamos, ainda na campanha eleitoral, o movimento **“Pedágios Aqui Não”** contra a instalação de praças de pedágios nas rodovias SP-304, que liga Piracicaba a Americana, e Piracicaba a São Pedro, assim como na SP-308, entre Piracicaba e Charqueada, a rodovia Carlos Mauro (SP-191), e entre Charqueada a São Pedro.

Nesta frente, nos reunimos, em março, com diversas lideranças de Piracicaba, Águas de São Pedro, Ipeúna, Rio das Pedras e Santa Bárbara d` Oeste e criamos um grupo de trabalho para coordenar todas as ações de mobilização da sociedade e contra a iniciativa de concessão destas rodovias.

Entre as propostas já definidas estão a realização de audiências públicas em toda a região para envolver a população nesta luta.





Nossa luta continua nas ruas e no parlamento. Fortaleceremos nosso mandato popular com a presença ativa de todos os segmentos sociais.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é a nossa casa. O Artigo 1º da Constituição Federal diz claramente que *“Todo poder emana do povo”*.

Faremos valer nossos direitos.

A luta será fundamental.

Ocupemos nossos espaços nas ruas e na Alesp.

O poder é nosso!

Muito obrigada, pelo voto, pelo apoio.

Beijão

Professora Bebel
Deputada Estadual

EXPEDIENTE

Coordenação e Organização

Equipe de Comunicação Mandato Professora Bebel

Edição e Revisão

Equipe de Comunicação Mandato Professora Bebel

Projeto Gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

Impressão

Graftec Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem

1.000 (hum mil) exemplares

Professora 
Bebel

DEPUTADA ESTADUAL

Nossa voz mais forte

 professorabebel

 professorabebel

 professorabebel

 professorabebeloficial